ria, que servirá de navio chefe dos navios da armada estacionados no pórto de Lisboa, passe a ter a seguinte lotação:

Officiais	
Comandante — capitão de mar e guerra	1
Imediato — capitão de fragata	1
Primeiro tenente	1
Segundos tenentes, com tirocinio	2
Primeiro tenente médico	1
Segundo tenente de administração naval	1
	7
Praças do corpo de marinheiros da armada	
1. ^a brigada	
Primeiro sargento artilheiro	1
Segundo sargento artilheiro	1
Cabo artilheiro	1
Primeiros artilheiros	2
Segundos artilheiros	4
Grumetes artilheiros	8
	17
2. ^a brigada	
Primeiro sargento condutor de máquinas	1
Cabo fogueiro	1
Primeiros fogueiros (habilitados a conduzir motores de explosão)	2
Grumetes fogueiros	2
Primeiros torpedeiros (habilitados a conduzir motores de explosão)	2
Primeiro sargento artífice carpinteiro	1
	9
3. ^a brigada	
Sargento ajudante de manobra	1
Primeiro sargento de manobra	1
Segundos sargentos de manobra	2
Cabo de manobra	1
Primeiros marinheiros	4
Segundos marinheiros	4
Grumetes de manobra	12
Cabo sinaleiro	1
Primeiro sinaleiro	1
Segundos sinaleiros	2
Primeiro sargento enfermeiro	1
Primeiro despenseiro	1
Criado de câmara	1
Primeiro cozinheiro	1
Primeiro clarim	1
Segundo clarim	1
	35
<i>Total</i>	68

Ministério da Marinha, 30 de Dezembro de 1938. —
O Ministro da Marinha, *Manuel Ortins de Bettencourt*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Decreto-lei n.º 29:319

Lei orgânica do Ministério dos Negócios Estrangeiros

Usando da faculdade conferida pela 2.^a parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º A direcção da actividade internacional do Estado, atribuída constitucionalmente ao Presidente da República, é exercida pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, mediante a Secretaria de Estado, em

Portugal, e mediante as missões diplomáticas e os consulados, no estrangeiro.

Art. 2.º A Secretaria de Estado pertence a administração central de todo o serviço do Ministério, que é exercida:

a) Pela Secretaria Geral, dirigida pelo secretário geral do Ministério, a quem compete, como chefe da Secretaria de Estado, coordenar os serviços do Ministério, imprimindo-lhes unidade e continuidade, e interpor a sua autoridade sempre que o exijam a regularidade e a eficiência dos trabalhos;

b) Pela Direcção Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna, à qual competem os serviços destinados a dar efectividade à acção política do Estado nas suas relações com os outros Estados e com a Sociedade das Nações e os relativos ao pessoal e à vida administrativa do Ministério;

c) Pela Direcção Geral dos Negócios Económicos e Consulares, à qual competem os serviços tendentes à protecção no estrangeiro do comércio externo e mais interesses económicos da Nação e os respeitantes à actividade e fiscalização dos consulados.

§ 1.º A Secretaria Geral compreende a secção do expediente e os serviços do protocolo, da cifra e da imprensa, e junto dela funcionam o Conselho do Ministério, o serviço central das inspecções diplomática e consular, o consultor económico e o consultor colonial, que será simultaneamente agente especial de ligação com o Ministério das Colónias.

§ 2.º A Direcção Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna compreende a Repartição dos Negócios Políticos e a Repartição dos Serviços Administrativos, uma e outra com as secções que forem julgadas necessárias. Consideram-se dependentes desta Direcção Geral a Comissão Internacional de Limites entre Portugal e Espanha e o serviço do arquivo geral do Ministério.

§ 3.º A Direcção Geral dos Negócios Económicos e Consulares compreende a Repartição das Questões Económicas e a Repartição da Administração Consular, e os serviços destas repartições serão igualmente distribuídos pelas secções julgadas necessárias.

Art. 3.º Os serviços externos do Ministério são desempenhados:

a) Pelas Embaixadas e legações, as quais têm por missão representar Portugal junto do governo dos Estados onde são acreditadas, defender nesses Estados os direitos e interesses da Nação e dos cidadãos portugueses, tornar ali conhecida a actividade económica e cultural portuguesa e estudar e informar do que no país local pode interessar de modo particular à vida e à cultura de Portugal;

b) Pela chancelaria junto da Sociedade das Nações, à qual incumbe informar a Secretaria de Estado da actividade da Sociedade das Nações e executar o serviço necessário ao desempenho da missão das delegações portuguesas à assemblea ou ao Conselho;

c) Pelos consulados, aos quais compete proteger e zelar, nas respectivas circunscrições, tanto os interesses da Nação no que respeita à agricultura, à indústria, ao comércio, à navegação e à saúde pública, como os direitos e interesses, especialmente os de ordem privada, dos cidadãos portugueses ali estabelecidos ou de passagem.

§ único. A actividade das missões diplomáticas e dos consulados é secundada e concretizada, no que respeita ao comércio e ao turismo, pelas Casas de Portugal, às quais cumpre fazer a propaganda das actividades nacionais de ordem económica ou cultural e dos produtos e belezas naturais e artísticas de Portugal.

Art. 4.º A execução dos serviços internos e externos

do Ministério compete aos funcionários agrupados nos seguintes quadros:

- I — Quadro diplomático e consular;
- II — Quadro do pessoal privativo da secretaria.

§ 1.º O quadro diplomático e consular é formado:

a) Pelo corpo diplomático, que compreende, por ordem hierárquica, as seguintes categorias:

- 1.º Embaixadores;
- 2.º Ministros Plenipotenciários de 1.ª classe;
- 3.º Ministros Plenipotenciários de 2.ª classe;
- 4.º Conselheiros de legação;
- 5.º Primeiros secretários de legação;
- 6.º Segundos secretários de legação;
- 7.º Terceiros secretários de legação;

b) Pelo corpo consular, que compreende, por ordem hierárquica:

- 1.º Cônsules gerais;
- 2.º Cônsules de 1.ª classe;
- 3.º Cônsules de 2.ª classe;
- 4.º Cônsules de 3.ª classe.

§ 2.º O corpo diplomático e o corpo consular são independentes, mas há equivalência entre as seguintes categorias de um e do outro: as categorias de conselheiro, de primeiro secretário, de segundo secretário e de terceiro secretário de legação correspondem respectivamente às de cônsul geral, cônsul de 1.ª, cônsul de 2.ª e cônsul de 3.ª classe.

§ 3.º O quadro do pessoal privativo da secretaria é constituído por arquivistas, escriturários, dactilógrafos, correios, condutores de automóveis, fiel do arquivo, porteiro, contínuos e paquetes. Os arquivistas, escriturários e dactilógrafos têm preferência, para o exercício dos cargos correspondentes das embaixadas, legações e consulados, sobre os súbditos do Estado local ou de terceiros Estados.

§ 4.º A composição numérica dos quadros segundo as diferentes categorias é a constante do mapa anexo a este decreto. Do mesmo mapa constará o pessoal adjunto da Secretaria de Estado.

§ 5.º Fora dos quadros e estranhos à carreira diplomática e consular poderá haver cônsules de 4.ª classe, vice-cônsules, agentes consulares, chanceleres e os funcionários técnicos que forem considerados necessários à execução dos serviços diplomáticos e consulares, bem como gerentes e outros empregados para as Casas de Portugal, e que o Governo nomeará ou contratará em conformidade dos regulamentos.

§ 6.º Ficam abolidos os títulos honoríficos de conselheiro de legação e de cônsul geral.

Art. 5.º Os funcionários que desempenham os serviços internos e externos do Ministério terão as categorias seguintes:

I — Secretaria de Estado:

- 1.º O secretário geral do Ministério — Embaixador;
- 2.º Os directores gerais — Ministros Plenipotenciários de 1.ª classe;
- 3.º O chefe do protocolo — conselheiro de legação;
- 4.º Os chefes de repartição — conselheiros de legação ou cônsules gerais, e os chefes de secção, havendo-os, primeiros secretários ou cônsules de 1.ª classe.

Os restantes lugares burocráticos de oficiais serão desempenhados por primeiros, segundos ou terceiros secretários por cônsules de 1.ª, 2.ª ou 3.ª classe.

II — Missões diplomáticas:

Os chefes de missão serão Embaixadores ou Ministros de 1.ª ou 2.ª classe, segundo a categoria da missão. As Embaixadas e as legações de 1.ª classe terão sempre

como auxiliares conselheiros ou secretários de legação e as legações de 2.ª classe podem ter ou deixar de ter primeiros ou segundos secretários.

III — Chancelaria junto da Sociedade das Nações:

Será gerida por um primeiro ou segundo secretário de legação.

IV — Consulados:

1.º Os consulados de carreira serão geridos por cônsules gerais ou cônsules de 1.ª, 2.ª ou 3.ª classe, segundo a categoria do consulado;

2.º Os consulados não de carreira serão geridos por cônsules de 4.ª classe, salvo gerência interina por cônsules de carreira, quando imposta pelas necessidades do serviço.

§ 1.º O número, categoria e sede das missões diplomáticas e dos consulados de carreira são os constantes da lista anexa a este decreto, mas os chefes de missão podem ser acreditados em mais de um país. O número e sede dos consulados de 4.ª classe serão estabelecidos pelo Governo.

§ 2.º Poderá o Governo, a título excepcional, fazer gerir interinamente as missões diplomáticas e os consulados por funcionários de categoria diferente da do respectivo posto.

Art. 6.º Os funcionários de carreira do quadro diplomático e consular são de serventia vitalícia e desempenham os seus cargos na Secretaria de Estado ou no estrangeiro, em comissão sem limitação de tempo, podendo o Ministro colocá-los e transferi-los segundo as necessidades do serviço e nos termos legais, para o que deverá ter em consideração, além das razões de economia, a preparação e os serviços dos funcionários e o possível equilíbrio entre a permanência na Secretaria de Estado e em diferentes postos do estrangeiro.

§ 1.º É contratado o pessoal adjunto da Secretaria de Estado.

§ 2.º Os funcionários que constituem o quadro do pessoal privativo serão todos igualmente contratados.

Art. 7.º A admissão e acesso no quadro diplomático e consular realizar-se-ão de harmonia com as regras seguintes:

1.ª A admissão no quadro diplomático e consular, a promoção a primeiro secretário ou cônsul de 1.ª classe e a promoção a Ministro de 2.ª classe dependem de prestação de provas em concurso. A apresentação a concurso de promoção é obrigatória para os segundos secretários e para os cônsules de 2.ª classe;

2.ª O concurso para admissão no quadro diplomático e consular é comum aos concorrentes a terceiros secretários e a cônsules de 3.ª classe, e a êle só poderão apresentar-se cidadãos portugueses originários, do sexo masculino, e em condições de virem a pertencer ao corpo diplomático ou consular;

3.ª As nomeações serão feitas pela ordem de classificação no concurso e segundo as vagas existentes de terceiros secretários e cônsules de 3.ª classe. Os nomeados sê-lo-ão com carácter provisório, por dois anos, com o título de adidos de legação, e prestarão todos serviço na Secretaria de Estado;

4.ª No fim de dois anos de serviço efectivo os adidos de legação ingressarão no quadro como terceiros secretários ou cônsules de 3.ª classe, segundo as aptidões que tiverem manifestado, ou serão dispensados do serviço, não podendo os nomeados para a carreira consular ser encarregados da gerência de consulados sem o estágio de pelo menos um ano em consulado de grande movimento;

5.ª A partir do ingresso no quadro, as promoções fazem-se em cada uma das carreiras diplomática e consular, independentemente, mas os cônsules gerais con-

correm com os conselheiros de legação ao lugar de Ministro de 2.ª classe;

6.ª As promoções devem ser feitas com estrita observância da ordem hierárquica, salvo os casos em que possam ser opositores aos concursos, por necessidades dos quadros, funcionários da categoria não imediatamente inferior;

7.ª As promoções dependentes ou não de concurso são propostas pelo Conselheiro do Ministério, em lista triplíce, sobre a base do melhor direito é da maior aptidão dos funcionários para o exercício do posto ou cargo superior, revelada pelas qualidades pessoais, pelos serviços prestados e pelos trabalhos por eles organizados ou publicados. O Ministro pode deixar de conformar-se com a proposta, fundamentando em tal caso a escolha que fizer;

8.ª Os Embaixadores e os Ministros de 1.ª classe são livremente escolhidos pelo Governo, quer na carreira diplomática quer entre pessoas estranhas à carreira, de competência excepcional e reconhecida. Estes últimos são nomeados em comissão e, se ao fim de cinco anos nela forem confirmados por decreto com fundamento em bons serviços, considerar-se-ão para todos os efeitos como funcionários de carreira.

Art. 8.º A admissão e a promoção no quadro do pessoal privativo da Secretaria são feitas sempre precedendo concurso de provas práticas e com a exigência das habilitações estabelecidas na lei geral para a categoria de que se tratar.

§ 1.º Nos lugares que podem ser desempenhados por pessoal feminino só podem ser admitidas mulheres solteiras ou viúvas, sem filhos, as quais perdem o lugar logo que deixem de verificar-se estas condições, applicando-se esta última disposição ao pessoal actualmente em serviço.

§ 2.º É applicável às promoções neste quadro a regra 6.ª do artigo anterior.

Art. 9.º Os funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros têm direito aos vencimentos de categoria e exercício fixados na lei ou nos contratos e à aposentação, nos termos da lei comum aos funcionários públicos.

§ 1.º Aos funcionários das novas categorias de conselheiros de legação e de cônsules gerais é atribuído o vencimento correspondente à letra F da tabela geral anexa ao decreto n.º 26:115, de 23 de Novembro de 1935, passando os Ministros Plenipotenciários de 2.ª classe e seus equiparados a perceber o correspondente à letra E da mesma tabela. Aos adidos de legação é abonado o vencimento de terceiros secretários.

§ 2.º Serão abonadas aos chefes de missão, aos conselheiros e secretários de legação em função permanente no estrangeiro, para despesas de representação, e aos cônsules de carreira em serviço nos consulados, para subsídio de residência, as quantias inseridas no orçamento para esse fim. É applicável o mesmo principio aos funcionários que na Secretaria de Estado desempenham as funções de secretário geral, director geral e chefe de repartição. Estes abonos serão diferentes, segundo o estado civil, para os funcionários colocados no estrangeiro.

§ 3.º Aos funcionários do quadro diplomático e consular promovidos e nomeados com carácter definitivo ou transferidos de Portugal para o estrangeiro ou de um para outro posto, situados em países diferentes, serão abonadas, para despesas de instalação, quantias fixas estabelecidas segundo a sua categoria e os abonos já recebidos e conforme haja ou não instalada por conta do Estado casa para sede da missão ou do posto.

§ 4.º Os funcionários do corpo diplomático ou consular transferidos entre postos da mesma categoria no estrangeiro e os vindos a qualquer titulo do estrangeiro

para a Secretaria serão abonados das despesas de transporte das pessoas e dos móveis e bagagens e de uma quantia fixa para despesas eventuais também estabelecida segundo a sua categoria.

Art. 10.º Os funcionários do Ministério estão submetidos ao regime geral das licenças dos funcionários públicos, com as modificações constantes dos parágrafos seguintes:

§ 1.º Será concedida licença registada, pelo período de noventa dias, aos funcionários que tenham completado três anos de bom e efectivo serviço nos postos da Europa, Norte de Africa, União Sul-Africana e América do Norte e, pelo período de cento e vinte dias, àqueles que tenham completado o mesmo tempo de serviço nos restantes postos situados em país estrangeiro. Não se conta a duração das viagens no prazo da licença.

§ 2.º A licença registada tem de ser utilizada no continente, quando de noventa dias, por dois terços, e, quando de cento e vinte dias, por metade, e durante esse tempo os funcionários são obrigados a frequentar a Secretaria de Estado para se inteirarem dos assuntos que interessem à política externa e à economia nacional.

§ 3.º A licença registada não pode ser acumulada nem interpolada e não prejudica a concessão da licença graciosa fora dos anos em que é utilizada, mas será tida em conta nas licenças por doença e estas na licença registada.

§ 4.º Os funcionários em gozo de licença registada têm direito, durante esta e as respectivas viagens, ao vencimento de categoria e exercício e por mês a 30 ou 40 por cento do duodécimo da verba total fixada no orçamento para as suas despesas de representação ou abono de residência, conforme se trate de chefes de missão ou de outras categorias de funcionários. Têm igualmente direito às despesas de viagem para si e para pessoas de família, nos termos definidos em regulamento.

Art. 11.º Os funcionários do quadro diplomático e consular podem ser colocados na disponibilidade, por conveniência de serviço, abrindo vaga.

§ 1.º O funcionário colocado na disponibilidade, com cinco ou mais anos de serviço, perceberá um vencimento, inacumulável com outro vencimento ou pensão, calculado como o seria a sua aposentação para o número exacto de anos que lhe são contados. Se tiver menos de cinco anos de serviço, não terá direito a vencimento algum.

§ 2.º Os funcionários na disponibilidade podem, por motivo de interesse público e até ao número de três, ser chamados ao serviço na Secretaria ou no estrangeiro, ou, se houverem passado seis meses depois da passagem à disponibilidade, ser colocados em vagas da sua categoria. Quando chamados ao serviço, têm direito ao vencimento por inteiro.

§ 3.º Os funcionários na disponibilidade que não forem chamados ao serviço no prazo de três anos serão aposentados, se tiverem direito a aposentação, e, se não tiverem esse direito, perdem o lugar.

§ 4.º Não é contado como tempo de serviço o que tiver sido passado na disponibilidade fora do serviço. Será porém esse tempo contado para o efeito de aposentação se, durante elle, o funcionário, percebendo vencimento, tiver pago a cota legal.

Art. 12.º É applicável aos funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros para o serviço na Secretaria o limite de idade estabelecido na lei geral. Para o serviço permanente no estrangeiro o limite será de sessenta e cinco anos, tratando-se de Embaixadores, Ministros Plenipotenciários ou cônsules, e de sessenta, se exercerem outros cargos, e num e noutro caso se estes limites não forem superiores àquele.

§ único. Os funcionários que atingirem o limite de idade para serviço permanente no estrangeiro serão aposentados se tiverem trinta e seis anos de serviço; no caso contrário poderão ser colocados na Secretaria em lugar correspondente à sua categoria, se existir vaga, ou ser passados à disponibilidade.

Art. 13.º O exercício de qualquer cargo no Ministério dos Negócios Estrangeiros, quer na Secretaria de Estado, quer no estrangeiro, é incompatível e inacumulável com o exercício de outro cargo público do Estado ou dos corpos administrativos, nos termos da lei geral. Qualquer cargo no estrangeiro é incompatível e inacumulável com outra profissão ou cargo lucrativo, exercidos de modo accidental ou permanente, directamente ou por interposta pessoa. O exercício dos cargos do Ministério na Secretaria de Estado é incompatível e inacumulável com o exercício de qualquer cargo ou emprêgo em emprêsas estrangeiras individuais ou colectivas, ou em emprêsas nacionais que se dediquem ao comércio bancário ou exerçam a sua exploração por contrato ou concessão especial do Estado ou dêste hajam privilégio não conferido por lei geral, subsídio ou garantia de rendimento, salvo tratando-se de cargos dependentes de nomeação do Governo para efeitos de fiscalização. É também proibido o exercício da advocacia e da procuradoria judicial.

§ único. As disposições do presente artigo aplicam-se aos funcionários na situação de disponibilidade.

Art. 14.º Os funcionários do corpo diplomático e consular não podem contrair casamento sem autorização do Ministro e esta só pode ser concedida para casamento com mulher portuguesa originária que nunca tenha perdido essa nacionalidade.

§ único. Os funcionários já casados ou autorizados a contrair casamento à data dêste decreto em contração do preceituado na última parte dêste artigo não podem exercer funções diplomáticas ou consulares no país da nacionalidade de origem de sua mulher.

Art. 15.º Os serviços das Embaixadas, legações e consulados são inspeccionados por funcionários de categoria superior ou igual à do chefe da missão ou do gerente do consulado. Além de inspecções ordinárias, serão feitas as inspecções extraordinárias que o Ministro determine.

Art. 16.º O Ministro dos Negócios Estrangeiros fará publicar no *Diário do Governo* numa ou mais relações a lista dos actuais funcionários do Ministério, com a sua colocação nos postos e categorias fixados por êste diploma. Estas colocações não carecem de qualquer outra formalidade, nem de visto e posse, devendo os funcionários residentes em Lisboa e colocados na Secretaria de Estado considerar-se em exercício de funções desde 1 de Janeiro de 1939, data em que a presente organização entrará em vigor.

Art. 17.º O Governo publicará no prazo de noventa dias o regulamento do presente decreto-lei. Até à publicação dêste regulamento o Ministro poderá adoptar em despacho todas as disposições regulamentares que se tornarem indispensáveis à execução da nova lei. Durante o mesmo período e com o fim de adaptar a situação actual à resultante da presente organização poderá o Ministro fazer nomeações e promoções, manter ou alterar colocações, assim como fazer transferências, designadamente do corpo consular para o corpo diplomático e *vice versa*, e mandar aposentar funcionários, com dispensa, no que fôr absolutamente necessário, do preceituado nesta e na lei geral.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 30 de Dezembro de 1938. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário Pais de Sousa* —

Manuel Rodrigues Júnior — *Manuel Ortins de Bettencourt* — *Duarte Pacheco* — *Francisco José Vieira Machado* — *António Faria Carneiro Pacheco* — *João Pinto da Costa Leite* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

Para ser presente à Assembleia Nacional.

Lista das missões diplomáticas e dos consulados de carreira

I

Missões diplomáticas

Embaixadas:

Londres.
Madrid (1).
Rio de Janeiro.

Legações de 1.ª classe:

Berlim.
Bruxelas.
Paris.
Roma.
Vaticano.
Washington.

Legações de 2.ª classe:

Berne.
Bucareste.
Budapeste.
Buenos Aires.
Haia.
Oslo.
Pequim.
Pretória.
Santiago do Chile.
Tóquio.
Varsóvia.

(1) Provisoriamente Burgos.

II

Consulados de carreira

Consulados Gerais:

Hamburgo.
Londres.
Nova York.
Paris.
Rio de Janeiro.
Tânger.
Xangai.

Consulados de 1.ª classe:

Antuérpia.
Bombaim.
Bordéus.
Buenos Aires.
Madrid.
Roterdão.
S. Francisco da Califórnia.
S. Paulo.

Consulados de 2.ª classe:

Baía.
Barcelona.
Boston.
Bremen.
Cabo da Boa Esperança.
Génova.
Havana.
Hong-Kong.
Léopoldville.
Liverpool.
Marselha.
Rabat.
Santos.
Vigo.

Consulados de 3.ª classe:

Atenas.
Berlim.

Cantão.
Cardiff.
Durban.
Elisabethville.
Havre.
Joanesburgo.
Manaus.
México.
Nairobi.
Pará.
Pernambuco.
Pôrto Alegre.
Singapura.
Trindade.
Windhoek.

3 cônsules adjuntos:
Nova York.
Rio de Janeiro.
Xangai.

Pessoal dos quadros

I

Quadro diplomático e consular

A) Corpo diplomático

Categorias	Em serviço no estrangeiro	Em serviço na Secretaria de Estado	Total
Embaixadores	3	1	4
Ministros Plenipotenciários de 1.ª classe	6	2	8
Ministros Plenipotenciários de 2.ª classe	11	1	12
Conselheiros de legação	3	4 (a)	7
Primeiros secretários de legação	6	8 (b)	14
Segundos secretários de legação	10	9	19
Terceiros secretários de legação	2	9 (c)	11

(a) Um lugar de conselheiro de legação pode ser preenchido por um cônsul geral na Direcção Geral dos Negócios Económicos e Consulares.
(b) Dois lugares de primeiros secretários podem ser providos em cônsules de 1.ª classe na mesma Direcção Geral.
(c) Três lugares de terceiros secretários podem ser providos em cônsules de 3.ª classe na referida Direcção Geral.

B) Corpo consular

Categorias	Em serviço no estrangeiro	Em serviço na Secretaria de Estado	Total
Cônsules gerais	7	1 (a)	8
Cônsules de 1.ª classe	8	1 (b)	9
Cônsules de 2.ª classe	14	4	18
Cônsules de 3.ª classe	20	3 (c)	23

(a) Ou mais 1 na hipótese da nota (a) ao corpo diplomático.
(b) Ou mais 2 na hipótese da nota (b) ao mesmo.
(c) Ou mais 3 na hipótese da nota (c).

II

Pessoal adjunto

Consultor económico	1
Consultor colonial	1
Redactor do <i>Boletim Comercial</i>	1
Chefe dos serviços de imprensa	1

III

Quadro privativo da Secretaria de Estado

a) Pessoal burocrático:

5 arquivistas.
9 escriptorários.
15 dactilógrafos.

b) Pessoal menor:

1 correio.
2 condutores de automóveis.
1 fiel do arquivo.
1 porteiro.
9 contínuos de 1.ª classe (a).
8 contínuos de 2.ª classe.
2 paquetes.

(a) Não pode ser preenchido um lugar enquanto não vagar o de chefe do pessoal menor.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

10.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Publica-se, para os efeitos do artigo 7.º do decreto-lei n.º 25:299, de 6 de Maio de 1935, que S. Ex.ª o Ministro da Educação Nacional, por seu despacho de 26 do corrente, autorizou, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do decreto n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, a transferência da quantia de 8.000\$ do n.º 1) para o n.º 2) do artigo 822.º, capítulo 6.º, do orçamento em vigor para o actual ano económico.

10.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, 28 de Dezembro de 1938. — O Chefe da Repartição, *Manuel Miranda*.

Publica-se, de harmonia com as disposições do artigo 7.º do decreto-lei n.º 25:299, de 6 de Maio de 1935, que, por despacho de hoje, foi autorizada a transferência de verba da quantia de 4.000\$ do n.º 2) para o n.º 1) do artigo 701.º, capítulo 5.º, do orçamento do Ministério da Educação Nacional em vigor no corrente ano económico.

10.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, 28 de Dezembro de 1938. — O Chefe da Repartição, *Manuel Miranda*.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA

11.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Nos termos do artigo 7.º do decreto-lei n.º 25:299, de 6 de Maio de 1935, se publica que, por despacho de S. Ex.ª o Ministro do Comércio e Indústria de 10 do corrente, de harmonia com as disposições do § 2.º do artigo 17.º do decreto n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, foram autorizadas no orçamento do Ministério do Comércio e Indústria em vigor no corrente ano económico de 1938 as seguintes transferências de verbas:

CAPÍTULO 3.º

Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos

Despesas com o pessoal:

Artigo 24.º — Remunerações certas ao pessoal em exercício:

Do n.º 2) Pessoal contratado, para o n.º 3) Pessoal assalariado — Outro pessoal assalariado 2.000\$00